Actualizado a 28/04/2015, 16:45 São Filipe, 28 Abr (Inforpress) – O local de assentamento das famílias deslocadas de Chã das Caldeiras já foi definido e será anunciado brevemente pelo presidente do Gabinete de Reconstrução do Fogo (GRF), António Nascimento que visita a ilha a partir de 30 de Abril. A informação foi avançada pelo edil de Santa Catarina do Fogo, João Aqueleu Barbosa Amado durante a cerimónia de recepção de uma ambulância para o seu município, sem contudo avançar o sítio escolhido, anotando que esta tarefa é da responsabilidade do Gabinete de Reconstrução da ilha do Fogo. A decisão do espaço para acolher a população de Chã das Caldeiras acontece assim dois meses depois da realização do fórum e cerca de seis semanas para além do prazo estipulado pelo Primeiro-ministro e num momento em que muitos moradores de Chã começam a regressar ao local de origem e a erguer as suas construções. Segundo o edil de Santa Catarina do Fogo o presidente do Gabinete de Reconstrução da ilha do Fogo terá ainda no dia 30 um encontro de trabalho com os três presidentes das Câmaras antes de celebrar o acordo com as empresas Monte Adriano e Armando Cunha para a reabilitação das 110 moradias construídas em Achada Furna (40) e Monte Grande (70) em 1995 para albergar as famílias de Chã das Caldeiras e onde estão alojadas neste momento a maior parte das famílias. Para João Aqueleu, após a celebração do protocolo as obras deverão iniciar nos primeiros dias do mês e Maio, cerca de seis meses após a última erupção vulcânica de 23 de Novembro de 2014. Segundo o pré-acordo já existente a empresa Armando Cunha irá reabilitar e ampliar as 40 moradias edificadas em Achada Furna e Monte Adriano as 70 localizadas em Monte Grande, mediante o projecto de reabilitação já elaborado e aprovado. A ampliação depende do agregado familiar e em alguns casos prevê-se a construção de mais três quartos, além de instalações sanitárias e cozinha, previstas para todas as casas, colocação de portas, janelas e outras intervenções. A reabilitação e ampliação, conforme estudo realizado por uma equipa técnica multidisciplinar do INGT, no início da erupção apontava para um orçamento que oscilava entre os 900 e os 1.000 contos por cada casa. JR Inforpress/Fim